



ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CBH-LN EM 2014
12 de Dezembro de 2014
São Sebastião

1
2
3
4
5 Aos doze dias do mês de dezembro de 2014 às 10:10, reuniram-se nas dependências do
6 Observatório Ambiental, localizado no Complexo Turístico Municipal, sito à Av. Dr. Altino Arantes –
7 s/nº no centro de São Sebastião/SP, membros titulares e suplentes do Comitê de Bacias
8 Hidrográficas do Litoral Norte. O cerimonial deu início à plenária convidando para compor a mesa: o
9 exmo. prefeito de São Sebastião: Sr. Ernane Primazzi; o exmo. prefeito de Ubatuba e presidente do
10 CBH-LN: Sr. Maurício Moromizato; a secretária de Meio Ambiente de Caraguatatuba: Srª Maria Inez
11 Fazzini Biondi representando o prefeito de Caraguatatuba; o Vice-Presidente do CBH-LN: Sr. Jorge
12 Guaracy Ribeiro representando o segmento da sociedade civil e o Secretário Executivo do CBH-LN:
13 Sr. Sylvio do Prado Bohn Jr., representando o segmento Estado. O Secretário Executivo do CBH-LN
14 agradeceu a presença de todos ressaltando que 2014 foi muito produtivo, destacando o processo de
15 montagem da Agência de Bacias e agradecendo às Prefeituras e à equipe da SE do Comitê. O Vice-
16 Presidente do CBH-LN destacou a importância do Relatório de Situação, ressaltando o grau de
17 vulnerabilidade do litoral norte em decorrência da total dependência do regime de chuvas para
18 atender a crescente demanda de consumo, gerando situação de risco hídrico, por não existir na
19 região, capacidade de reserva instalada. A representante do prefeito de Caraguatatuba destacou
20 a responsabilidade de cada um frente à crise da água, considerando o CBH-LN o espaço ideal para a
21 discussão dos problemas do litoral norte. O prefeito de São Sebastião parabenizou o trabalho do
22 CBH-LN e que a crise hídrica exige uma mudança de valores e de postura, desejando que em 2015
23 tenhamos forças para continuar. O Presidente do CBH-LN agradeceu o prefeito de São Sebastião
24 pela acolhida, destacando os avanços no processo de cobrança pelo uso da água e a crise de falta
25 d'água que o Estado vivencia com um verão com perspectiva de pouca chuva. Informou que teve
26 conhecimento de propostas de transposição de água da bacia da Serra do Mar para a bacia do Alto
27 Tietê, enfatizando que devemos evitar este tipo de situação no litoral norte. Desfeita a mesa, o
28 Presidente do CBH-LN iniciou os trabalhos do dia com a aprovação da Ata da 1ª reunião
29 Extraordinária do CBH-LN de 17/10/2014. O Secretário Executivo do CBH-LN apontou falhas de
30 digitação nas linhas 19, 136 e 177 Submetida à aprovação a ata da Plenária de 17/10/2014 foi
31 aprovada por unanimidade. A seguir o Presidente do CBH-LN apresentou o 2º item da pauta
32 referente à apresentação, apreciação e aprovação das Deliberações: 153/2014, 154/2014 e
33 155/2014. Para tanto chamou a oceanógrafa Iara Bueno Giacomini da equipe da SE do CBH-LN para
34 apresentar o Relatório de Situação elaborado com base nos indicadores dos Recursos Hídricos da
35 UGRHI 3 – ano 2014 com dados de 2013, a ser aprovado pela Deliberação CBH-LN nº 153/2014.
36 Iara iniciou sua apresentação esclarecendo que o Relatório de Situação é um instrumento de gestão
37 previsto pela Lei Estadual 7.663/1991 e que tem como função avaliar a eficácia do Plano do Plano de
38 Bacias. Seu objetivo principal é dar subsídio às ações dos Poderes Executivo e Legislativo de âmbito
39 municipal, estadual e federal e é utilizado como diagnóstico ambiental regional, com foco nos
40 recursos hídricos. Em 2014 o CRHI permitiu a elaboração de um Relatório de Situação Simplificado
41 para aquelas UGRHIs que já tinham feito um bom diagnóstico de suas bacias. Neste sentido o CBH-
42 LN optou por elaborar o Relatório Simplificado, focado na quantidade e qualidade, para otimizar
43 esforços na análise e execução das metas previstas para o Plano de Bacias Hidrográficas, ou seja,
44 nos indicadores de Resposta. Expôs a metodologia empregada na elaboração do Relatório com a
45 disponibilidade dos dados pela internet, a organização de uma oficina presencial e a submissão às
46 Câmaras Técnicas do CBH-LN. Destacou os aspectos mais importantes do Relatório de Situação. O
47 que move o litoral Norte, ou seja, o turismo, o crescimento populacional e o crescente processo de
48 industrialização para atender à demanda por produtos e serviços. Abordou a disponibilidade e
49 demanda hídrica chamando a atenção para o fato de que apesar de termos uma boa oferta de água

50 doce se comparado com outras UGRHIs, existem situações que exigem reflexão para futuro
51 planejamento, tais como: a existência de centenas de captações irregulares de água segundo
52 levantamento efetuado pelo CP-ÁGUA - Comissão Permanente de Avaliação da Qualidade da Água
53 para Consumo Humano do Litoral Norte, atendendo um total de 63.442 pessoas entre população
54 fixa e flutuante e as bacias consideradas em estado crítico ou pré-crítico se considerado o volume de
55 água captado em relação ao volume outorgado pelo DAEE, destacando as bacias do São Francisco
56 e Maresias em São Sebastião, além de outras em Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba. O
57 saneamento básico é particularmente preocupante, pois no que tange ao abastecimento de água,
58 apesar dos investimentos não se consegue ampliar os índices de atendimento para uma população
59 crescente, os índices de atendimento de esgotamento sanitário e seu respectivo tratamento são
60 considerados muito aquém do necessário e a situação dos resíduos sólidos, embora todo os
61 resíduos domiciliares sejam encaminhados para aterros fora da UGRHI 3, a gestão da limpeza
62 pública necessita ser aprimorada, enfrentando os desafios específicos de cidades turísticas afetadas
63 pelo aumento na geração de resíduos e a dificuldade geográfica de efetuar a coleta e transporte ao
64 longo da costa em época de temporada. No que se refere à qualidade das águas doces monitoradas
65 pela CETESB, o rio que apresenta a pior qualidade foi o rio Acaraú em Ubatuba e que nos últimos 10
66 anos, na média, a qualidade dos rios monitorados passou da classificação "ótima" para "boa". No que
67 tange à balneabilidade das praias houve uma queda significativa de qualidade, apontando para a
68 necessidade de mais investimentos em saneamento básico. Para apresentar a situação do
69 cumprimento do Plano de Bacias da UGRHI 3, o Presidente do CBH-LN chamou o ecólogo Fábio
70 Pincinato membro da equipe da SE do CBH-LN. Fábio apresentou uma série de gráficos
71 demonstrando a situação das ações previstas no Plano de Bacias proposto para o período 2012-
72 2015, divididos entre compromissos assumidos pelo Estado, projetos financiados pelo Fehidro e
73 compromissos que independem do Fehidro. Relatou que dos investimentos previstos para o
74 período 2012-2015 pelo FEHIDRO (R\$ 9.645.000,00), os investimentos totais na UGRHI 3 no
75 período 2012-2014 foram de: R\$ 16.201.090,31, sendo R\$ 14.654.674,89 do Fehidro, R\$
76 1.696.951,39 em recursos dos tomadores para projetos Fehidro (prefeituras, Estado e ONGs). Os
77 investimentos cancelados somaram no período: R\$ 5.429.355,29. Foi apresentada a situação dos
78 projetos financiados pelo Fehidro. Fábio ressaltou que para a o necessário acompanhamento da
79 execução do Plano de Bacias da UGRHI 3 é necessário aprimorar a gestão com: a participação e
80 atuação efetiva dos membros nas CTs e GTs do CBH-LN; discussão por ocasião da revisão do Plano
81 de Bacias, a adoção de metas superiores ao prazo de quatro anos de vigência do plano e o
82 diagnóstico das causas e possíveis soluções a serem adotadas para dar celeridade à realização das
83 ações do Plano de Bacias. Rui Bueno representante da Sabesp no CBH-LN pediu a palavra para
84 lembrar que existem questões conceituais no Relatório de Situação como o caso dos emissários
85 submarinos que não são considerados pela Cetesb como uma forma de tratamento e isto faz com
86 que os indicadores de tratabilidade dos esgotos no litoral norte sejam prejudicados. Outra questão a
87 ser destacada são as ligações factíveis atualmente num total de 12.000 ligações de esgotos não
88 utilizadas. É um dado importante considerado no Relatório de Situação, indicando que o investimento
89 em saneamento não tem sido adequadamente aproveitado pela população que resiste à efetivar a
90 ligação dos imóveis à rede pública de esgotos. Por outro lado, no período de 4 anos, cerca de 90.000
91 pessoas foram beneficiadas pela rede de esgotos. Francisco do Instituto Federal observa que com
92 relação ao Plano de Bacias se apenas 36% das ações previstas, isto não nos deveria levar a pensar
93 se estamos planejando corretamente, propondo metas além do que conseguimos realizar? Em sua
94 opinião a Deliberação que aprova demandas induzidas para aplicação de recursos em projetos
95 também deveria priorizar ações de Planejamento e Monitoramento. Fernando Parodi – coordenador
96 da CT-PAI esclareceu que as atividades de planejamento são executadas pelo próprio CBH-LN, não
97 sendo objeto de financiamento com recursos do Fehidro. O Secretário Executivo do CBH-LN
98 ressaltou ser necessário efetuar um levantamento das causas do não cumprimento das ações
99 propostas no Plano de Bacias. Submetido à aprovação, a Deliberação CBH-LN nº 153/2014 que
100 aprova o Relatório de Situação da UGRHI 3 do ano de 2014 foi aprovado por unanimidade da
101 Plenária. O Presidente do CBH-LN chamou o coordenador da CT-PAI – Fernando Aurélio Parodi,
102 para apresentar a Deliberação CBH-LN nº 154/2014 referente à aplicação dos recursos do Fehidro
103 para projetos em 2015 e a Deliberação CBH-LN nº 155/2014 que altera a Deliberação CBH-LN nº
104 144/2013 sobre diretrizes, procedimentos e critérios para aplicação dos recursos Fehidro destinados

105 ao CBH-LN. Parodi lembrou o conteúdo da Deliberação CBH-LN nº 133/2013 que aprovou as metas
106 do Plano de Bacias.
107 A Deliberação CBH-LN nº 154/2014 que está para ser apreciada e aprovada pela Plenária, identifica
108 e aponta 04 temas prioritários para financiamento de projetos pelo Fehidro: esgotamento sanitário
109 alternativo, abastecimento alternativo, planos e projetos de macrodrenagem urbana e ações
110 estratégicas de fomento à agroecologia, manejo de atividades agropecuárias voltadas à proteção de
111 recursos hídricos. Informou que a Deliberação 154 enquadra as ações nas fichas da Deliberação
112 133/2013, define os condicionantes mínimos quanto à estratégia de articulação socioeconômica dos
113 projetos com a comunidade a que eles se destinam, antes, durante e após a conclusão do projeto,
114 identifica os locais ou bacias apontados nas fichas, as metas mínimas de articulação para
115 envolvimento das comunidades. Pedindo a palavra as representantes de Caraguatatuba e de
116 Ubatuba destacaram a importância e necessidade de acrescentar na lista de projetos prioritários
117 aqueles que tenham por objeto o levantamento das captações alternativas de abastecimento de
118 água, a medição da pluviosidade e a medição real das vazões dos cursos d'água da UGRHI 3.
119 Parodi informou que de certo modo estas questões já estão embutidas na Deliberação, mas devido à
120 insistência Denise Formaggia, da ABES/SP, formulou uma proposta de redação a ser acrescentada
121 na Deliberação com as devidas adaptações da coordenação da CT-PAI. Submetida à aprovação, a
122 Deliberação CBH-LN nº 154/2014 referente à aplicação dos recursos do Fehidro para projetos em
123 2015 foi aprovada por unanimidade pela Plenária. Na sequência, Parodi apresentou a Deliberação
124 CBH-LN nº 155, ressaltando que ela atualiza disposições dos artigos da Deliberação 144/2013 que
125 trata dos procedimentos e critérios de análise, seleção e hierarquização de propostas a serem
126 indicadas para financiamento com recursos FEHIDRO relativos a alguns detalhes, sobretudo
127 endereços internet e meios de contato com a Secretaria Executiva do CBH-LN, além de atualizar o
128 calendário – ANEXO A da Deliberação 144/2013 para o ano de 2015. Ressaltou que os
129 procedimentos e critérios não foram alterados. As principais alterações do anexo A foram: 14/12/14 :
130 Início do prazo para entrega dos projetos à Secretaria Executiva; 08/04/15 : Data para entrega dos
131 projetos (155 dias corridos); 15/04/15 a 15/05/2015: 1ª Análise (30 dias corridos); 21/05/15 a
132 12/06/15: Adequações e complementações pelos tomadores (23 dias); 22/06/15 a 13/07/15: 2ª
133 Análise e pontuação preliminar (22 dias); 22/07/15 a 28/07/15: Prazo para apresentação de recurso
134 dos pareceres e respectivas pontuações (7 dias); 31/07/15: Avaliação final conjunta CTs e GTs;
135 14/08/15: Sessão plenária CBH-LN para apreciação da proposta de indicação; 21/08/15: Data para
136 entrega das propostas definitivas indicadas pelo Colegiado à Secretaria Executiva; Período total: 251
137 dias corridos. Submetida à aprovação, a Deliberação CBH-LN nº 155/2014 que altera a
138 Deliberação CBH-LN nº 144/2013 sobre diretrizes, procedimentos e critérios para aplicação dos
139 recursos Fehidro destinados ao CBH-LN foi aprovada por unanimidade pela Plenária. Dando
140 continuidade à pauta de trabalhos o Presidente do CBH-LN solicitou a presença de Denise
141 Formaggia da ABES/SP para expor a Carta Aberta da Câmara Técnica de Educação Ambiental –
142 CT-EA. Denise lembrou que o Relatório de Situação aprovado no dia de hoje e a crise atual da água
143 exigem medidas de planejamento imediatas além de ações urgentes de educação ambiental. Ciente
144 da importância da educação para a revisão de conceitos e práticas ligadas ao uso da água, o CBH-
145 LN constituiu a CT-EA em 2003 e que por diversas razões foi transformada em Grupo de Trabalho
146 em 2007 retornando à condição de Câmara em 2010. Após esta data a CT-EA realizou eventos de
147 relevância para a região como o I e II Fórum Regional de Educação Ambiental, entretanto no ano de
148 2014 houve uma queda na participação dos integrantes da CT-EA, o que levou à aplicação de uma
149 metodologia de avaliação das causas que levaram à crise de participação na câmara técnica e que
150 gerou a Carta Aberta que a Plenária recebeu em suas pastas. A crise da CT-EA é reflexo da crise
151 da educação ambiental de uma forma geral e no fato da Coordenadoria de Educação Ambiental da
152 SMA do governo do Estado não estar mais acompanhando as ações de EA dentro das UGRHs e
153 não ter uma estratégia definida para a EA e os recursos hídricos. Os principais motivos para a crise
154 da CT-EA apontados pelos integrantes da Câmara que responderam à pesquisa, grosso modo
155 foram: a dificuldade de compreensão por alguns integrantes da função da CT-EA no CBH-LN, a falta
156 de apoio institucional e o excesso de atribuições dos representantes das instituições que impedem a
157 plena participação na CT-EA gerando o desinteresse e dispersão do grupo. Apesar dos problemas
158 enfrentados pela CT-EA, conseguiu-se desenvolver algumas metas propostas no Plano de Bacias,
159 entre elas as ações de educação ambiental na área de saneamento, tendo sido escolhido a área de

160 resíduos sólidos como tema, no entendimento de que é uma área em que as ações de educação
161 ambiental são mais eficazes e necessárias. A CT-EA efetuou um levantamento da situação da
162 limpeza pública no litoral norte. Também estão sendo pensadas parcerias com o programa de Saúde
163 da Família para trabalhar em conjunto as ações relacionadas à resíduos sólidos, sendo que São
164 Sebastião está com propostas concretas de projeto-piloto. Finalizando informou que a proposta
165 contida na Carta Aberta é de retorno da Câmara Técnica à condição de Grupo Técnico ligado à CT-
166 SAN. Denise esclareceu que o diferencial entre Câmara e Grupo de trabalho é que o GT atua sobre
167 um único tema com pessoas que se interesse por ele. O SE do CBH-LN demonstrou seu pesar pela
168 situação da CT-EA. A seguir Sati, representante do Instituto Supereco solicitou a palavra para ler
169 uma mensagem da Coordenadora Geral do Instituto, Andrée de Ridder Vieira, na qual a ONG
170 demonstra sua preocupação com a situação da CT-EA e a possibilidade de retorno à condição de
171 GT, propondo a criação de um GT dentro da CT-EA com vistas a revitalizar a Câmara e a
172 organização de um Fórum para debater a Educação Ambiental no âmbito do CBH-LN, a exemplo do
173 Workshop que o Instituto pretende realizar em 2015 sobre Educação Ambiental e Educomunicação.
174 O Presidente do CBH-LN lembrou que não consta da pauta da reunião a aprovação ou não da
175 proposta apresentada na Carta da CT-EA, mas que o assunto merece um reflexão profunda sobre a
176 questão. A representante da prefeitura de Caraguatatuba demonstrou seu desagrado à proposta de
177 retorno da CT-EA à condição de GT, considerando que a criação de um GT dentro da CT-EA para é
178 mais viável, propondo a elaboração de um Plano Municipal de Educação pelos municípios. O
179 Secretário de Meio Ambiente de São Sebastião – Eduardo Hipólito do Rego foi favorável à realização
180 de um Workshop para discutir a EA no âmbito do CBH-LN. Iara Bueno Giacomini ressaltou que nos
181 2 anos que está na SE do CBH-LN poucos integrantes da CT-EA se propuseram a analisar os
182 projetos a serem financiados pelo Fehidro e estes não eram especialistas da área de EA, lembrando
183 a falta de representantes das Instituições integrantes da CT-EA nas reuniões. O Vice-Presidente do
184 CBH-LN lembrou que em 2015 haverá renovação dos quadros do Comitê e que a seu ver existem
185 muitas ações sendo desenvolvidas em duplicata pelas prefeituras e que a sociedade civil necessita
186 de algo que as motive. A representante da prefeitura de São Sebastião na CT-EA - Cristiane Cruz
187 solicitou a palavra para deixar claro que apesar das dificuldades apresentadas, alguns membros
188 tem efetivamente participado e desenvolvido trabalhos importantes dentro da CT-EA. O Presidente
189 do CBH-LN chamou a atenção para a dificuldade geral da participação das pessoas dos diversos
190 conselhos e coletivos existentes. Denise Formaggia da ABES/SP lembrou que muitos profissionais
191 da área de educação ambiental deixaram de participar da CT-EA e que a seu ver o que contribuiu
192 para isso foi a não aprovação pela CEA - Coordenadoria de Educação Ambiental da SMA do governo
193 do Estado de diversos projetos propostos por ONGs, o que desmotivou a participação de muitos
194 profissionais da área. Para finalizar foi proposto a realização de um Workshop sobre Educação
195 Ambiental no âmbito do CBH-LN com o apoio do Instituto Supereco, sendo que o prefeito de São
196 Sebastião sugeriu sua realização no Observatório Ambiental de seu município. Passando para o
197 último item da pauta – os Informes, o Presidente do CBH-LN passou a palavra para o SE do CBH-LN
198 que repassou solicitação do Grupo Setorial de Gerenciamento Costeiro – GERCO, de informar à
199 Plenária que o grupo setorial realizou sua última reunião no dia 28/11 com a conclusão da revisão
200 do texto do Decreto do Zoneamento Ecológico-Econômico e a revisão dos mapas de zoneamento
201 dos municípios do litoral norte. Em 2015 haverá eleição e escolha dos novos integrantes do GERCO-
202 LN e a realização das audiências públicas para revisão/validação dos textos e mapas produzidos
203 pelo grupo. O prefeito de São Sebastião informou que a Câmara Municipal aprovou lei proposta pelo
204 executivo de exigir que todas as edificações a serem construídas captem e armazenem água de
205 chuva, sendo que futuramente o mesmo deverá ser exigido para as edificações existentes. Ressaltou
206 que o município tem investido em educação ambiental, lembrando da parceria com o projeto
207 COMVIDAS do governo do Estado. Finalmente o presidente do CBH-LN agradeceu a presença de
208 todos e encerrou os trabalhos da Plenária às 13:00 desejando boas festas, cuja ata foi lavrada por
209 mim Denise M.E.Formaggia representante da ABES/SP no CBH-LN.
210